



Memórias e ideias

Jorge Lins Freire possui uma trajetória única no Sistema Nacional de Fomento. Foi presidente da ABDE, no início da década de 1980, e de três de seus associados: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco) e o Banco do Nordeste. Nesta entrevista, Freire recorda os anos em que esteve à frente da Associação e debate os rumos das Instituições Financeiras de Desenvolvimento, que, em sua visão, para se manterem relevantes, devem ser mais do que agentes de crédito, e sim instrumentos de planejamento do longo prazo.

POR THAIS SENA E JADER MORAES

Rumos – Quais são as suas principais lembranças do período em que esteve à frente da ABDE, enquanto também presidia o Banco de Desenvolvimento da Bahia?

Jorge Lins Freire – Minha principal lembrança é de que todos os bancos tiveram um papel importante no desenvolvimento dos estados, com uma ação muito técnica e voltada aos objetivos de geração de crescimento e de emprego e renda. Os bancos de desenvolvimento possuíam, e acredito que ainda possuem, um papel muito grande, pois fazem financiamento voltado sobretudo para o desenvolvimento local e o longo prazo. Esse é um ponto extremamente importante, pois os bancos sempre foram focados, além do financiamento, em análise de projeto, viabilidade econômica, até mesmo assistência ao empresário, no sentido de mostrar a ele os pontos mais fortes e mais fracos do projeto, o grau de risco. Ou seja, o longo prazo exige uma análise profunda que não é meramente uma análise de crédito. Então,

os bancos faziam uma análise que aferia não apenas a condição de se ter o crédito, mas a viabilidade do projeto e como aquele empreendimento poderia desenvolver aquela região. Até hoje, o financiamento de longo prazo não é algo simples.

Rumos – O período especificamente que o senhor ficou à frente da ABDE e depois na presidência do BNDES, no início da década de 1980, foi de dificuldades para a economia brasileira. Como essas instituições contribuíram para que país conseguisse atravessar aquele momento difícil?

Freire – Não tenho dúvida de que é importante a ação de mercado, mas também com uma análise

que olhe para os investimentos de forma diferenciada. A visão do longo prazo ou do curto prazo é um ponto extremamente importante e os bancos de desenvolvimento tiveram um papel fundamental nesse sentido; dávamos muita importância a isso naquele período. A economia tem altos e baixos, é preciso ter um trabalho muito objetivo de prioridades. E os bancos de desenvolvimento sempre trabalharam com isso. São instituições que têm uma equipe técnica muito competente, formada por pessoas que vivem a instituição no longo prazo, pois são concursadas, não estão ali meramente por indicações em função de privilégios políticos.

Rumos – Como o senhor vê o papel do BNDES na interação com as demais instituições que compõem o Sistema Nacional de Fomento?

Freire – O BNDES tem uma responsabilidade muito grande e pode ajudar bastante no desenvolvimento das instituições de fomento em níveis locais, porque ele está um pouco mais distante dessa realidade, por ser um órgão central, que olha para a prioridade nacional. Quando presidi o banco, tínhamos uma visão, que era de governo, que dava uma certa distribuição regional na aplicação dos recursos e também concedia apoio para que os órgãos de fomento estaduais fossem repassadores de recursos que o BNDES dispõe e não precisassem captar nos estados ou em outras fontes, o que não é fácil. Acredito que não dá para atender todo o segmento de todos os setores, por isso é muito importante esse trabalho de priorização. O BNDES pode e deve priorizar, para definir que tipo de atividade quer financiar, pois pode fazer diretamente em alguns projetos e em outros pode apoiar por meio de repasses.

Rumos – O quanto o país mudou nesses quarenta anos que separam a sua gestão no Sistema Nacional de Fomento e o panorama atual?

Freire – A tecnologia mudou muito todo o processo, a velocidade das mudanças está muito rápida e às vezes se acredita que as crises não vão aparecer. No cenário atual é preciso, ainda mais, estabelecer critérios e prioridades. Acompanhando os debates políticos, realmente me surpreende a falta de objetividade nas discussões. Tenho um sentimento de que as pessoas estão pensando que o mundo não mudou, não vai mudar e tudo continuará como está. Temos um país maravilhoso, que precisa de mais investimentos, especialmente em infraestrutura, em praticamente todas as áreas: industrial, ferroviária, aeroportos, saneamento, todos esses setores estão totalmente defasados em infraestrutura. Então, temos um país maravilhoso, um povo acolhedor – o brasileiro até está ficando radical, que não era do seu caráter –, e com oportunidades enormes. É o país que talvez tenha mais chances de receber financiamento externo, porque na Europa, por exemplo, não há mais nenhuma infraestrutura para fazer, não tem nem mais espaço. Energia solar, eólica, o

O papel do banco de desenvolvimento não é mais só instituição financeira, ele deve agir não só via financiamento, mas pensar o planejamento de longo prazo, voltado sobretudo para a infraestrutura, mas visando a atividade econômica empresarial.

clima não permite. Já aqui, temos todas as condições. O problema é que, infelizmente, estamos achando que não precisamos priorizar para passarmos a ser o segundo ou terceiro país do mundo, enquanto temos tudo para ser. O Brasil é um país que tem todas as condições de receber investimentos de maneira geral, porque temos riquezas naturais disponíveis e fartas. Precisamos nos unir, criar as prioridades e parar com os interesses individuais.

Rumos – Como as instituições de fomento devem atuar para que permaneçam relevantes no futuro?

Freire – O papel do banco de desenvolvimento não é mais só instituição financeira, porque *fundings* vai ficar cada vez mais difícil como entidades estaduais que são. Acredito que elas não devem apenas financiar projetos. Até porque, como eu disse, existe certa dificuldade de capitalizar, por conta da falta de recursos dos estados. Então, as instituições devem atuar também na parte de treinamento, de auxiliar na definição de prioridades, até mesmo levar um processo de tecnologia para determinada região para analisar a prioridade de cada local. Deve agir não só via financiamento, mas pensar o planejamento de longo prazo, voltado sobretudo para a infraestrutura, mas visando a atividade econômica empresarial. Os conceitos do sistema financeiro mudaram. Eu trabalhei no mercado financeiro a vida toda, comecei na Secretaria de Fazenda aos 14 anos de idade (de gravatinha, servia café, entregava carta...) e acabei secretário de Fazenda nesse mesmo estado, a Bahia. Hoje, no sistema financeiro, tudo é fundo. Quando não se sabe o que ou como aplicar, transforma-se em fundo. Se se tem 10 milhões, vai para o fundo; 200 milhões, vai para o fundo; um bilhão, para o fundo tal. Então, o problema não é falta de crédito. O que existe é falta de credibilidade. Na hora que se tiver confiança, credibilidade, uma legislação para ser aplicada de longo prazo – e não ficar mudando a cada 24 horas ou a cada 30 dias –, eu não tenho nenhuma dúvida de que o país vai ter investimento, vai até recusar investimento. Pode ser que eu seja otimista demais, mas acredito. —